

MODELOS DE AVALIAÇÕES EXTERNAS NO CONTEXTO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE FLORIANÓPOLIS

¹ Dirce Guerres Zucco

² Andreia Zanella

³ Patrícia de Sá Freire

RESUMO

O presente artigo trata da avaliação externa da qualidade na educação infantil. Tem como objetivo apresentar diferentes modelos e características de avaliação, definindo critérios de comparação. A metodologia da pesquisa é de natureza bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa. O município de Florianópolis realizou a avaliação externa da qualidade na educação infantil baseado em dois modelos: os norte-americanos nomeados por Infant Toddler Environment Rating Scale (ITERS-R) e Early Childhood Environment Rating Scale (ECERS-R), ambos na versão Revisada que avaliam espaços e ambientes da creche e pré-escola e; também utilizando os modelos italianos baseadas na avaliação de contexto que intitulam-se Indicatori e Scala della Qualità Educativa del Nido – Indicadores e Escala da Qualidade Educativa da Creche (ISQUEN) e Autovalutazione della Scuola dell’Infanzia – Autoavaliação da Pré-escola (AVSI). Ambos modelos foram selecionados para uma análise comparada ao longo de nove critérios estabelecidos. Conclui-se, que o modelo de instrumento avaliativo que se aproxima da realidade contextual florianopolitana deve considerar a diversidade identitária das instituições e as especificidades próprias da educação infantil. De modo geral, a avaliação da qualidade precisa ter natureza científica, com rigor técnico, procedimentos legitimados para identificar se a instituição atende sua finalidade e diretrizes. Para além das informações previstas na metodologia de coleta de dados, o resultado deve ser a compilação do cruzamento de dados formais como censo escolar, demais programas e o financiamento educacional que fomentam o acesso, infraestrutura, recursos materiais, formação de professores, gestão dos sistemas e das instituições.

Palavras-chave: Avaliação externa, modelos de avaliação, qualidade, educação infantil.

INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil encontra-se em processo de implementação da avaliação externa da qualidade da educação infantil que compreende a faixa etária de zero a cinco anos. Essa estratégia de avaliar a qualidade teve início na Constituição Federal de 1988, que definiu a gestão dos sistemas de ensino. Aos municípios a prioridade é ofertar a educação infantil e o ensino fundamental em regime de colaboração com os Estados, Distrito Federal e a União. Cabe a União a responsabilidade de coordenar a política nacional da educação, na função normativa, redistributiva e supletiva, por meio de assistência técnica e financeira em regime de colaboração.

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação da Universidade Federal de Santa Catarina PPGMGA/UFSC - email: dirceguerreszucco@gmail.com

² Doutora em Engenharia Industrial e Gestão, Professora Adjunta no Departamento de Informática e Estatística da UFSC - email: andreia.zanella@ufsc.br

³ Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Professora e Coordenadora de Ensino do Departamento de Engenharia do Conhecimento da UFSC - email: patricia.sa.freire@ufsc.br 3222

No desdobramento da Constituição Federal, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB - Lei 9394/1996, que normatiza o ensino brasileiro. A LDB criou o Plano Nacional de Educação (PNE). Entre suas atribuições, está a de prever o financiamento educacional e definir metas a serem alcançadas a partir das diretrizes educacionais. Já na sua primeira edição 2001-2010, o Plano estabelece regras sobre o financiamento da educação infantil. Na sua segunda edição, foi promulgado pela Lei n.º 13.005/14, o Plano demarca a realização periódica da avaliação externa da educação infantil a cada dois anos, a fim de medir a qualidade dos serviços oferecidos pelas instituições e direcionar as políticas públicas para a primeira etapa da Educação Básica. O referido PNE tem sua aprovação em um período de disputas e tensão política sobre o destino dos recursos do Produto Interno Bruto (PIB) que financia os sistemas de ensino. Coincidentemente também acontece o debate sobre as diretrizes da avaliação da qualidade da educação infantil.

Com a descentralização da educação infantil para os municípios, a referida etapa educacional não foi incluída ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que é composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala que permitem realizar um diagnóstico da qualidade do Ensino Fundamental e Médio em âmbito nacional. A educação infantil ficou à margem do planejamento desta avaliação.

Por não haver uma diretriz nacional, parte dos municípios não realizaram a avaliação externa da educação infantil, enquanto outros que a realizaram, disseminaram diferentes tipos e modelos avaliativos. Pimenta (2017), Sousa e Pimenta (2018), Ribeiro (2018) abordam as estratégias avaliativas de alguns municípios para aferir o nível de qualidade das Redes de Ensino. Em alguns casos, a escolha do modelo de avaliação está condicionada às políticas governamentais, às pesquisas e ao financiamento.

Em 2011 foi instituído pela Portaria número 1.147/2011, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Grupo de Trabalho (GT) para subsidiar a elaboração de um sistema nacional de avaliação. O referido GT elaborou o documento intitulado *Educação Infantil: Subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação*. A partir do estudo sobre a avaliação da educação infantil, a estratégia foi definir os objetivos e os critérios metodológicos em consonância com a legislação educacional e com os parâmetros de qualidade. Entretanto, constatou-se que as iniciativas do MEC foram permeadas por avanços e retrocessos, por estarem atreladas a políticas governamentais e não de Estado, que implicaram na descontinuidade das propostas para a implementação da avaliação da educação infantil.

Assim, o MEC passou a apoiar iniciativas de pesquisa sobre a avaliação, entre elas, “Educação Infantil no Brasil: Avaliação Qualitativa e Quantitativa” (CAMPOS ET. AL., 2011) e o projeto: “Formação em Rede na Educação Infantil: Avaliação de Contexto” (BRASIL, 2015). O município de Florianópolis participou das referidas avaliações que foram realizadas por amostragem. Também no ano de 2015, a capital catarinense realizou a primeira avaliação censitária utilizando o modelo de avaliação norte americano Infant Toddler Environment Rating Scale (ITERS-R) Escala de Avaliação do Ambiente Infantil e Early Childhood Environment Rating Scale – Revised (ECERS-R) Escala de Avaliação do Ambiente na Primeira Infância.

Iniciativas similares foram adotadas pelos municípios com modelos e objetivos distintos, como por exemplo, Ages & Stages Questionnaires (ASQ) no Rio de Janeiro censitária em 2010 e por amostragem em 2015 (FIORAVANTI-BASTOS ET. AL., 2016), com objetivo de levantar dados sobre a qualidade e também atender a necessidade de implantação da avaliação externa da educação infantil estabelecida pelo PNE. Por isso, considera-se necessário investigar a adequação destas iniciativas de avaliação para o contexto em que são aplicadas.

Com base na análise dos modelos de avaliação externa da educação infantil aplicados em outros contextos e no estudo da realidade da educação infantil de Florianópolis, esta pesquisa busca definir os critérios necessários em um modelo de avaliação para estar em consonância com a realidade da educação infantil da Rede Municipal de Ensino do referido município. Para isso, são definidos os seguintes objetivos específicos: 1) identificar os modelos de avaliação externa da qualidade na educação infantil (tanto estrangeiros quanto nacionais) e descrever as suas principais características; 2) definir critérios de comparação entre os modelos; 3) com base na comparação entre os diferentes modelos de avaliação e a consonância dos mesmos com a realidade de Florianópolis, identificar os fatores críticos que deveriam ser levados em conta na avaliação da educação infantil do município.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste artigo envolveu pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa. As fontes de informação para a busca sistemática de literatura foram selecionadas na Biblioteca Universitária da UFSC a partir das bases de dados WOS, ERIC Proquest, SCOPUS, Scielo para artigos, periódicos, apresentações de palestras. Já o Banco de Teses e Dissertações foi direcionado a esses dois tipos de publicações. Os idiomas selecionados foram inglês e português. Os descritores basearam-se nos termos constados no título, resumo e

palavras chaves: avaliação externa, autoavaliação institucional, avaliação em larga escala, Avaliação Nacional de Educação Infantil, ANEI, indicadores de qualidade, testes padronizados, AND educação infantil, creche, pré-escola. O período das publicações foi entre 2008-2019, pois trata-se de um tema com possíveis mudanças a partir das políticas e da legislação educacional.

A pesquisa resultou em 1251 obras relativas aos termos utilizados nos descritores, destas apenas 16 foram selecionadas por estarem alinhadas com o tema trabalhado nesta pesquisa. Entre as obras selecionadas destaca-se a tese “Avaliações municipais da educação infantil: contribuições para a garantia do direito à educação das crianças brasileiras?” De autoria de Claudia Oliveira Pimenta. A referida tese contribuiu de maneira significativa ampliando as possibilidades de busca a outras referências e autores que tratam da temática. As publicações da legislação educacional também fizeram parte do rol de referências, ancorando as possibilidades de definições e elementos norteadores da proposta. A seguir o texto apresenta as características dos modelos de avaliação da educação infantil.

MODELOS DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO EXTERNA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Pimenta (2017), em sua tese de doutorado traz um estudo sobre os instrumentos avaliativos desenvolvidos e aplicados em alguns países. A autora estabelece duas categorias de análise: Avaliação da educação infantil *com foco no desenvolvimento das crianças e com foco nos ambientes, insumos e processos* (PIMENTA, 2017, p.139 e p.150). Cada modelo foi classificado no quadro 1 de acordo com as categorias supracitadas e, suas características são descritas de forma resumida. Além dos instrumentos identificados por Pimenta (2017), foram acrescentados dois modelos avaliativos: *Ages & Stages Questionnaires (ASQ)* e *Strumento per lo Sviluppo di Processi Riflessivi e Indagine valutative nei Nidi da parte dei Gruppi di lavoro educativi (SPRING)*.

Quadro 1 - Síntese contextualizando alguns modelos de instrumentos avaliativos da Ed. Infantil nos países

Com foco no desenvolvimento das crianças	Com foco nos ambientes, insumos e processos
<p>Early Years Foundation Stage (Inglaterra): Avalia o desenvolvimento da criança para contribuir no desempenho dos estudantes nas etapas seguintes. A avaliação foca na transição da etapa para que seja processual, sem rupturas (GREAT BRITAIN; DCSF (2008) PIMENTA (2017, p.143)).</p>	<p>NQS - National Quality Standard (Austrália): Poderia trazer contribuições para o Brasil, pois esse processo está institucionalizado, com a existência de padrões de qualidade nacionais utilizados para realizar o credenciamento, monitoramento e avaliação dos serviços. Abrange de maneira sistêmica todos os serviços prestados para a infância e o resultado da avaliação é a base para o financiamento e a elaboração de políticas públicas (PIMENTA (2018), TAYLER, (2014)).</p>
<p>COR - Child Observation Record (EUA): Avaliação sistemática, baseada na habilidade das crianças, realizado pelos profissionais que tem relação de proximidade com as crianças (PIMENTA, 2017, p.145-148).</p>	<p>ECCP - Escala de evaluación de la calidad educativa en centros preescolares (México): Reformulação do sistema de ensino com a expansão da oferta. Desafio de um instrumento capaz de contemplar as dimensões na diversidade de instituições e população. O <i>feedback</i> da avaliação era a base para a continuidade dos currículos que ainda estavam sendo implementados (MYERS, 2011, p.113).</p>
<p>ASQ - Ages & Stages Questionnaires (EUA e RJ): Avalia individualmente o desenvolvimento infantil em cinco domínios: (1) comunicação, (2) coordenação motora ampla, (3) coordenação motora fina, (4) resolução de problemas e (5) pessoal/social (FIORAVANTI-BASTOS ET. AL., 2016).</p>	<p>ITERS-R Infant Toddler Environment Rating Scale e ECERS-R Early Childhood Environment Rating Scale - Revised (EUA): identificam se os espaços e materiais possibilitam o acesso as crianças, se estão em quantidade suficiente, adequada a faixa etária e se as crianças tem a oportunidade de escolhas . Bastante disseminado em vários países, tornou-se base outros instrumentos avaliativos, a partir da adaptação ao contexto. Facilidade na habilitação dos avaliadores externos, baixo custo. No entanto, não há ou é baixa participação da equipe e comunidade (VERSÃO REVISADA HARMS, CLIFFORD E CRYER (2006), HARMS (2013), PIMENTA (2017)).</p>
	<p>ISQUEN/AVSI (Itália): Adaptada da ITERS-R e ECERS-R ao contexto italiano, "corrige as falhas" na metodologia no quesito participação da "qualidade negociada", formação dos profissionais ao longo da avaliação. Demanda maiores investimentos, avaliadores externos e internos, mas possibilita pós resultados com correção das distorções (PIMENTA (2017), SOUZA, et. al., 2015)).</p> <p>SPRING Strumento per lo Sviluppo di Processi Riflessive e Indagine valutative nei Nidi da parte dei Gruppi di lavoro educativi (Itália): autoavaliação e heteroavaliação. Avalia a qualidade do trabalho (força e potência), da compreensão da criticidade identificada (fraquezas e dificuldades). Tais aspectos são primordiais para a elaboração dos projetos de melhoria (MARCUCCIO, ZANELLI (2013) MORO (2018)).</p>

Fonte: Organizado pela autora a partir do referencial bibliográfico.

No Brasil, os instrumentos de avaliação criados para a autoavaliação institucional foram os *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* (2009) e *Indicadores da Qualidade da Educação Infantil Paulistana* (2015). Trata-se de uma autoavaliação institucional, ambos pertencentes a categoria de avaliação dos ambientes, insumos e processos. Este segundo documento foi elaborado com a mesma metodologia do documento publicado em 2009, apenas adaptado ao contexto da Rede Municipal de Ensino de São Paulo acrescentando duas dimensões ao documento original. Os principais detalhes são apresentados no quadro 2.

Quadro 2 - Síntese das características dos Indicadores Nacionais e Paulistano.

Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (MEC, 2009)	Indicadores de qualidade da Educação Infantil Paulistana (2015)
<p>Abrangência nacional, com critérios para a autoavaliação participativa da qualidade da oferta de atendimento as crianças no espaço coletivo e institucional. Com linguagem acessível, utiliza cores do semáforo para coletar os dados e indicar o nível de qualidade. Apresenta 7 dimensões: 1 – planejamento institucional; 2 – multiplicidade de experiências e linguagens; 3 – interações; 4 – promoção da saúde; 5 – espaços, materiais e mobiliários; 6 – formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais; 7 – cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social (BRASIL, 2009, p.13).</p>	<p>Reformulado a partir dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Apresenta metodologia semelhante, acrescentando plano de ação após os dados coletados e com nove dimensões, dois a mais do documento base, adequando-se a proposta pedagógica do município.</p> <p>Com as seguintes dimensões: 1 - Planejamento e Gestão Educacional; 2 - Participação, escuta e autoria de bebês e crianças; 3 - Multiplicidade de experiências e linguagens em contextos lúdicos para as infâncias; 4 – Interações; 5 - Relações étnico-raciais e de gênero; 6 - Ambientes educativos: tempos, espaços e materiais; 7 - Promoção da saúde e bem-estar: experiências de ser cuidado, cuidar de si, do outro e do mundo; 8 - Formação e condições de trabalho das educadoras e dos Educadores; 9 - Rede de Proteção Sociocultural: Unidade Educacional, família, comunidade e cidade (SÃO PAULO, 2016, p. 4)</p>

Fonte: Organizado pela autora a partir do referencial teórico.

O caso paulistano demonstra a possibilidade de adaptação de um instrumento avaliativo, pois contempla as especificidades de sua proposta pedagógica, aproximando ao seu contexto de modo significativo e participativo.

Um instrumento avaliativo na educação infantil difere-se de um instrumento utilizado nas outras etapas da Educação Básica. Além de estar em consonância com o currículo, com as diretrizes e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), necessita ser abrangente, a nível de sistema, assegurando a qualidade em relação a oferta, insumos e processos.

Devido a especificidade da educação infantil não é recomendado que a avaliação externa da qualidade seja pautada em níveis do desenvolvimento e nem testes de proficiência, pois as infâncias são distintas, não são definidos conteúdos específicos, assim como os ritmos de desenvolvimento infantil não são lineares. Por isso, não se pode ter como referência padrões de competência e comportamento. Segundo Bondioli (2014, p.59), isto se deve a variabilidade nos ritmos de desenvolvimento da criança (...) em que a verificação dos resultados não poderia se configurar como um diagnóstico confiável.

Neste sentido, a seguir são abordadas algumas características que contribuirão na definição de alguns critérios a serem constados num modelo de avaliação externa da educação infantil.

DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE COMPARAÇÃO ENTRE OS MODELOS DE AVALIAÇÃO EXTERNA

Com o objetivo de subsidiar a elaboração de um sistema nacional de avaliação da educação infantil, contribuir técnica e pedagogicamente com os municípios brasileiros, o documento intitulado *Educação Infantil: Subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação* (BRASIL, 2012), elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria 1.147/2011, aborda alguns parâmetros e critérios que devem constar no instrumento avaliativo. Esses parâmetros baseiam-se nas concepções de criança como centro do planejamento curricular, infância e educação infantil.

O documento pressupõe que a avaliação deve basear-se em um conjunto de indicadores relativos ao acesso, insumos e processos, considerando as especificidades institucionais. O acesso refere-se a oferta da educação infantil em espaços institucionais; os insumos são as condições e fatores presentes na legislação que normatizam a condição de uma oferta de qualidade, abrangendo desde o financiamento, a estrutura, a garantia dos sujeitos e, ao serviço de apoio; os processos referem-se a gestão, o currículo, as relações/interações presentes na instituição (BRASIL, 2012, p.23).

Desse modo, os instrumentos de avaliação da qualidade da educação infantil, devem levantar dados sobre o ambiente físico, relacional e social. Também existem modelos que enfatizam as práticas pedagógicas e a relação com a comunidade educativa.

É previsível que cada instrumento avaliativo apresente pontos fortes e fracos. Mas, quanto mais alinhado aos parâmetros e critérios de qualidade estabelecidos em determinada rede de ensino ou instituição, maior a possibilidade de confiabilidade ao mensurar a qualidade dos serviços. Neste artigo foram definidas categorias de análise, a partir de critérios, que possibilitam comparar os instrumentos considerando diferentes objetivos e características de cada modelo de avaliação da educação infantil:

- Tipo de avaliação: classifica-se em externa, autoavaliação, metaavaliação, heteroavaliação, um instrumento pode apresentar um ou combinar dois tipos ou mais;
- A metodologia: sujeitos ou ambientes avaliados, estratégia de coleta de dados realizada por avaliador externo ou não;
- Tempo: período destinado a observação e coleta de dados;
- Os indicadores: aspectos a serem mensurados;
- Atributo: algo que chama atenção no instrumento, sendo uma qualidade ou não;

- Resultados: se está relacionado ao objetivo, se contempla os aspectos indicados ou não;
- Pós resultados: são os encaminhamentos posteriores ao resultado;
- Viabilidade: se o instrumento encontra-se em consonância ou não com a proposta pedagógica, em que medida, gera custos e necessidade de profissionais especializados;
- Confiabilidade: refere-se ao nível de maturação do instrumento, quantas vezes foi aplicado, em qual contexto e, se mensurou o nível de qualidade.

Portanto, os critérios em um instrumento de avaliação externa da educação infantil devem passar por um processo de validação e confiabilidade do constructo; o modelo de instrumento deve ter a capacidade de medir a que se propõe; a metodologia de coleta de dados deve basear-se na avaliação de ambientes, insumos e processos; apresentar nos indicadores o padrão de qualidade que atenda os princípios da educação infantil; considerar a diversidade contextual; possibilitar a participação; propor e acompanhar melhorias a partir dos resultados.

Neste artigo, são analisados em maior detalhe dois modelos de avaliação externa da educação infantil já aplicados na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Ambos os modelos de avaliação foram baseados nos ambientes insumos e processos, sendo destinados a faixas etárias para crianças de creche e pré-escola. Partindo das informações descritas em cada modelo e na análise dos mesmos ao longo dos critérios estabelecidos neste artigo, pretende-se verificar a pertinência dos mesmos para a avaliação da qualidade da educação infantil do município de Florianópolis.

COMPARAÇÃO ENTRE OS MODELOS DE AVALIAÇÃO EXTERNA UTILIZADOS NA REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/SC

Os modelos de avaliação externa utilizados para aferir a qualidade dos serviços no município de Florianópolis foram de origem estrangeira, adaptados a realidade do município. As norte americanas de ITERS-R e ECERS-R (HARMS; CLIFFORD; CRYER, 2004, 1998) avaliam os espaços e ambientes (espaços e materiais). Os modelos italianos ISQUEN (BECCHI; BONDIOLI; FERRARI, 1999) e AVSI (BONDIOLI; FERRARI, 2008), baseiam-se na avaliação de contexto. O quadro 3 faz um comparativo a partir dos critérios elencados anteriormente.

Os modelos de avaliação utilizados apresentam características distintas, principalmente no que se refere a metodologia, a participação da comunidade educativa, a formação docente e o processo de continuidade, nos resultados posteriores que interferem na melhoria da qualidade do atendimento a longo prazo.

Quadro 3 – Levantamento das informações dos Instrumentos de Avaliação da educação infantil aplicados na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis/SC ao longo dos nove critérios definidos

CRITÉRIOS	Modelo 1 - ITERS-R /ECERS-R (Avaliação de Espaços e Ambientes)	Modelo 2 - ISQUEN/AVSI (Avaliação de Contexto)		
Tipo	Avaliação externa		Meta avaliação e Autoavaliação.	
Metodologia	Um avaliador externo observa e identifica e atribui conceito de qualidade, por meio do que se pede em relação aos espaços e materiais propostos, se possibilitam o acesso as crianças, se estão em quantidade suficiente, se são adequados a faixa etária, se possibilitam escolhas.		Um avaliador externo, avaliadores internos (entre eles, um articulador) e outros segmentos da instituição como famílias e profissionais que atuam diretamente com as crianças). Os itens indicadores são observados por avaliadores internos, debatidos e negociados com a comunidade educativa e avaliador externo, para atribuir um conceito de qualidade.	
Indicadores	ITERS-R (creche) Espaço mobiliário; Rotinas de cuidado pessoal; Falar e compreender; Atividades; Interação; Estrutura do Programa, Pais e Equipe.	ECERS-R (pré-escola) Espaço mobiliário; Rotinas de cuidado pessoal, Linguagem e raciocínio; Atividades; Interação, Estrutura do programa e; Pais e Equipe.	ISQUEN Indicadori e Scala della Qualità Educativa del Nido (creche): Os sujeitos; os contextos e práticas; os saberes do fazer; as garantias.	AVSI Autovalutazione della Scuola dell'Infanzia (pré-escola): Experiência educativa; as atividades profissionais; os adultos e as suas relações; as garantias; a estrutura.
Tempo de aplicação	1 dia, período de 3,5 horas de observação.		Varia. Não descreve o tempo. Processual, prevê vários encontros com objetivos distintos, inclusive com a formação dos participantes.	
Atributo	Ao aplicar na RME de Florianópolis não previu a participação da comunidade educativa.		De natureza negociada e dialógica, prevê a participação de todos os segmentos da instituição.	
Resultados	Apresentados os dados e informações aferindo ou não a qualidade a partir dos dados coletados apenas pelo avaliador externo.		Os itens que apresentam discordância, são socializados a fim de refletir e encontrar ponto em comum. O objetivo maior é promover o debate em torno da qualidade.	
Pós resultados	Indicativos sobre pontos a serem melhorados e estratégias, por exemplo, a formação continuada dos profissionais.		Elaboração de um plano de ação coletivo, tornando-os coadjuvantes das melhorias.	
Viabilidade	Demanda menor custo financeiro pela facilidade de acesso e pouco tempo na preparação dos avaliadores externos, não depende de formação dos profissionais do contexto.		Demanda investimento financeiro maior, por ser processual, pela necessidade de interação do avaliador externo ser articulador do instrumento (exige maior qualificação), conforme as etapas avançam.	
Confiabilidade	Sim. Grau de maturidade estabelecido aplicado em diferentes contextos (países) e tempos históricos.		Sim. Grau de maturidade estabelecido, mas por avaliar o contexto, necessita de adaptação.	
Considerações	Não participação dos sujeitos/ segmentos da instituição. Aponta responsabilização pelos resultados.		Mobilizar, empoderar os sujeitos a participação, demanda recursos e a criar a cultura de comprometimento/ responsividade sobre a qualidade do atendimento.	
Fonte:	Elaborado pela autora com base no referencial bibliográfico (VERSÃO REVISADA THELMA HARMS, RICHARD CLIFFORD E DEBBY CRYER (2006), HARMS (2013), PIMENTA (2017)).		Fonte: Elaborado pela autora com base no referencial bibliográfico (PIMENTA (2017), SOUZA, ET. AL. (2017)).	

No modelo avaliativo 1 - ITERS-R /ECERS-R (Avaliação de Ambientes para creche e pré-escola) – a avaliação foi realizada no município de Florianópolis tanto por amostragem (30 instituições), quanto de maneira censitária (87 unidades educativas). Tem a característica de ser realizada por avaliadores externos e sem que os profissionais conhecessem os itens e indicadores a serem avaliados. Os dados são obtidos a partir da disposição de elementos presentes ou não nos ambientes. Somente quando os objetos não são visualizados, os profissionais da instituição são consultados pelo avaliador externo, ou seja, propõe uma participação passiva. A proposição de melhorias também é orientada pelo avaliador externo a partir das informações coletadas. Neste sentido, direciona a responsabilização de quem presta os serviços pelos resultados, sem considerar as condições estruturais.

No modelo de avaliação 2 - ISQUEN/AVSI (Avaliação de Contexto) - a avaliação foi realizada por amostragem em apenas uma instituição e com metodologia de metaavaliação. O instrumento precisa ser adaptado ao contexto, demanda um trabalho articulado, em que todos os segmentos da instituição participam. Tal metodologia exige comprometimento, responsabilidade, conhecimento dos participantes e abertura para o processo avaliativo, tomando os resultados como uma necessidade de aprimoramento das práticas pedagógicas, no sentido de manter e, se necessário, melhorar sua atuação profissional. O processo formativo que a avaliação pressupõe, exige autorreflexão e identificação dos pontos fortes e fracos da instituição, bem como criticidade em torno das escolhas para a construção de um plano de ação e o acompanhamento do mesmo como um compromisso coletivo e articulado entre os diferentes segmentos institucionais.

Tanto o modelo de avaliação 1 quanto o 2 necessitam de adaptação à realidade da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. O modelo 2 apresenta maior número de requisitos em consonância com a proposta pedagógica da educação infantil municipal, assim como as possibilidades de participação, formação, atender as especificidades regionais de um município composto por 89 instituições educativas distintas entre si. Também, numa avaliação de contexto evidencia-se a necessidade de assegurar estrutura física, material e humana, além do investimento na qualificação dos avaliadores externos que desempenham um importante papel de mediação na efetivação da avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação institucional da qualidade deve basear-se na compilação de informações sobre diferentes aspectos. Entre eles, destacam-se a avaliação da aprendizagem quando o

trabalho pedagógico amplia repertórios, a formação de professores, a estrutura da instituição, o currículo, as práticas pedagógicas e as políticas voltadas à primeira infância, entre outras especificidades próprias desse nível educacional (BRASIL, 2012).

O levantamento bibliográfico dos modelos de avaliação externa da educação infantil investigados, demarcam aspectos comuns relacionados às implicações políticas e metodológicas. Conforme observado, os modelos de avaliação definem claramente um conceito de padrão de qualidade; perpassam por concepções de educação, criança, infância e sociedade; baseiam-se num método e concepção pedagógica; refletem as características dos sistemas de ensino (contextual); estão atrelados ao financiamento e; os dados retroalimentam as políticas públicas para a infância.

Um modelo de avaliação apresenta inúmeras implicações, pois são constituídos por um conjunto de fatores próprios de cada sistema de ensino e das políticas públicas para a infância. Em muitos países como Estados Unidos, Itália, Austrália, já estão consolidados. No México, por exemplo, foi necessário um tempo maior no processo de implementação e adequação do instrumento para atender aos objetivos educacionais.

O Brasil também criou seu próprio modelo de avaliação – Indicadores da Qualidade da Educação Infantil (2009) baseado nos critérios e parâmetros nacionais da qualidade e, posteriormente, o município de São Paulo adaptou à sua proposta pedagógica. No entanto, não obteve êxito na adesão da avaliação e a descontinuidade das políticas educacionais tem dificultado a implementação de uma avaliação externa sistêmica, intersetorial e articulada à política pública em torno da oferta de um atendimento de qualidade na educação infantil.

De modo geral, a avaliação da qualidade precisa ter natureza científica, com rigor técnico e procedimentos legitimados para identificar se a instituição atende ou não sua finalidade e diretrizes. Para além das informações previstas no modelo avaliativo de coleta de dados, o resultado deve ser a compilação do cruzamento de dados formais como censo escolar, demais programas e o financiamento educacional que fomentam o acesso, a infraestrutura, os recursos materiais, a formação de professores, gestão dos sistemas e das instituições.

REFERÊNCIAS

- BONDIOLI, A. Indicadores operativos e análise da qualidade: razões e modos de avaliar In: CIPOLLONE, L. (org.). Instrumentos e Indicadores para avaliar a creche: um percurso de análise da qualidade. - Curitiba: UFPR, 2014, p. 47-72.
- BRASIL. Contribuições para a Política Nacional: Avaliação em Educação Infantil a partir da Avaliação de Contexto. MEC/SEB/COEDI, 2015. Brasília, D.F., 2015.

_____. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil / Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. Ministério da Educação. Educação Infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação. Documento produzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n.1.147/2011. Brasília: MEC/SEB/COEDI, 2012.

_____. Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDBEN Nº 9394/1996.

_____. Plano Nacional de Educação. Lei n.º 13.005/14. Brasília: DF, 2014.

CAMPOS, M.M., ESPOSITO, Y. L. BHERING, E. GIMENES, N., ABUCHAIM, B. A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras. Cadernos de Pesquisa. 20 v.41 n.142, 2011.

FIORAVANTI-BASTOS, A.C.M.; FILGUEIRAS, A.; MOURA, M.L.S. Avaliação do Ages and Stages Questionnaire-Brasil por profissionais de Educação Infantil. Estudos de Psicologia. Campinas, Vol. 33, 2016, p. 293-301.

GREAT BRITAIN. Department for Children, School and Families. *Early years foundation stage – Profile handbook*. Picadilly, London: Qualifications and Curriculum Authority (QCA), 2008.

HARMS, T. O uso de escalas de avaliação de ambientes na educação infantil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.43 n.148, p.76-97, 2013. (Tradução de Akemi Kamimura e Revisão Técnica Beatriz Abuchaim).

HARMS, T.; CRYER, D.; CLIFFORD, R. M. *Infant/toddler environment rating scale: revised edition*. New York: Teachers College Press, 2006.

MARCUCCIO, M., ZANELLI, P. (a cura di). *Sguardi sul nido... Strumento per lo Sviluppo di Processi Riflessivi e Indagini valutative nei Nidi da parte dei Gruppi di lavoro educativi (SPRING)*, Edizioni Junior-Spaggiari Edizioni, Parma, 2013.

MORO C. SOUZA G. COUTINHO A. S. (Orgs.). A pesquisa em Rede: marcas do percurso a cerca da Avaliação de Contexto em Educação Infantil. In: Formação da Rede em Educação Infantil: Avaliação de Contexto. Curitiba: Appris, p. 51-71, 2015.

MORO, C. Diferentes olhares para a creche: a avaliação de contexto com o instrumento SPRING em um município da Emilia Romagna. Revista Linhas. Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 138-160, 2018.

MYERS, R. Em busca da qualidade educacional na pré-escola: uma experiência mexicana. Tradução: Tina Amado. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n.142, 2011, p.100-115.

PIMENTA, C. O. Avaliações municipais da educação infantil: contribuições para a garantia do direito à educação das crianças brasileiras? Tese de Doutorado – USP – Faculdade de Educação. São Paulo, 2017.

RIBEIRO, B. Avaliação da aprendizagem na educação infantil: um estudo exploratório em 125 municípios brasileiros. Revista Linhas. Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 218-245, 2018.

SÃO PAULO. Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. São Paulo: SME / DOT, 2016.

SOUSA, S. Z. PIMENTA, C. O. Avaliação e Gestão da Educação Infantil em Municípios Brasileiros. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1277-1300, 2018.

SOUZA, G. MORO, C., SOUZA, G. d., MORO, C., FRANÇA, F. F., & RODRIGUES, A. J. A Pesquisa em Rede na Educação Infantil: avaliação de contexto, modos de proceder e possibilidades de reflexão. *RELAdeI 6.1-2 Evaluación de contextos en Educación Infantil*, p. 23-32, 2017.

TAYLER, C. Avaliação da qualidade da educação infantil na Austrália. Tradução: Peter Laspina. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 25, n. 58, p.126-151, 2014.